

REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE NA MODALIDADE A DISTÂNCIA E NO CONTEXTO NEOLIBERAL

Daniel Júnior de Oliveira¹

Marlene Barbosa de Freitas Reis²

Resumo

O presente artigo traz uma reflexão sobre a formação do professor na modalidade a distância e no contexto neoliberal. A formação em Educação a Distância (EaD), na atualidade e, portanto, no contexto neoliberal, está voltada para atender o mercado ou a autonomia intelectual. Nessa perspectiva, o objetivo principal desta pesquisa é fazer uma revisão bibliográfica do tema, tendo como base as análises de Coelho (2000), Chauí (2001, 2003, 2006), Enguita (2002), Gentili (2002), Silva (2002), Maia e Mattar (2007), dentre outros. É possível ter uma formação autônoma diante das regras impostas pelo modelo neoliberal na formação de professores na educação à distância? Esta é a questão proposta para reflexão contida neste artigo. O estudo revela que a formação docente na modalidade à distância, pautada nos parâmetros neoliberais, não demonstra indícios que apontem para uma formação autônoma diante da realidade social. Preocupa-nos a assertiva de que pode estar formando profissionais para atuar no mercado de trabalho, e não para a autonomia intelectual.

Palavras-chave: educação a distância, formação docente, universidade, neoliberalismo.

Abstract

This article presents a reflection on teacher training in distance mode in the neoliberal context. Training in ODL in the current neoliberal context is forming to serve the market and intellectual autonomy. Accordingly, the main objective of this research literature review, based on Coelho (2000), Chauí (2001, 2003, 2006), Enguita (2002), Gentili (2002) Silva (2002), Maia e Mattar (2007) studies, among others. It's possible have an autonomous formation against the rules imposed by the neoliberal model in teacher training in distance education? This one is the question proposed for discussion in this article. This study demonstrate that teacher training in the distance mode, based on neoliberal parameters, doesn't demonstrate evidences ponting to a autonomous formation in front of social reality. We are concerned about the assertive that may be forming professional to work in the market labor and don't for intellectual autonomy.

Keywords: teacher training, distance education, neoliberalism.

¹Professor das disciplinas Tecnologia da Informação e Técnicas Especiais de Planejamento de aula, na Pós-Graduação da Faculdade Brasileira de Educação e Cultura. FABEC BRASIL Goiânia – GO. Email: daniell14_oliveira@hotmail.com

² Graduada em Pedagogia. Mestre em Educação. Doutoranda em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ/UEG sob a orientação da Prof. Dra Mônica Desidério. Bolsista da Fapeg. Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG) – UnU de Inhumas. E-mail: marlenebfreis@hotmail.com

Introdução

As reflexões contidas neste artigo objetivam trazer questões que circundam o processo de ensino e de formação docente, em especial na modalidade a distância no contexto neoliberal da sociedade contemporânea. No Brasil, a formação docente sempre foi um tema amplamente discutido em seus mais diferentes aspectos, por exemplo, a formação inicial e continuada, e as modalidades presencial e a distância.

Durante muito tempo, quando se falava em formação docente, percebia-se a abordagem direcionada para o ensino presencial, com o professor ao lado, “ao vivo e em cores”. Hoje, nota-se que, ao falar de formação docente, a abordagem está mais ampla, com o ensino a distância remetendo às duas modalidades existentes, ou seja, a formação pelo acesso às mídias tradicionais, como rádio, televisão etc, ou utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), mediante o uso de computadores e de redes conectadas pela Internet.

Nas últimas décadas, em especial a de 1990, notamos uma expansão no ensino a distância, questão que se encontra presente no dia a dia acadêmico, tornando-se assim um tema relevante e que vem ganhando espaço nos eventos universitários, como palestras, encontros, dentre outros.

O artigo trará reflexões sobre o uso da EaD, bem como de seu percurso histórico, que se inicia com os primeiros cursos de educação a distância por correspondência e se expande com o uso do computador e da Internet. Portanto, a intenção é mostrar ao leitor algumas referências em EaD no Brasil desde seus primórdios, em 1904, até 1991, com o Programa Salto para o Futuro.

A EAD no ensino superior tem como contribuição social facilitar o acesso a quem, pelos mais variados motivos, não teve oportunidade de frequentar uma universidade presencial, o que fez dela uma aliada na inclusão social no ensino superior. Mas será mesmo que a EaD está desenvolvendo essa função social? Esses cursos realmente têm a qualidade esperada? São essas questões que irão conduzir as reflexões ao longo deste artigo.

Ao leitor, a intenção é possibilitar-lhe a oportunidade de pensar sobre a universidade e sua forma de organização como instituição ou organização de ensino, seus novos processos produtivos, as características modelo voltado para a formação docente presencial e a distância. Ao fim, também encontrará esclarecimentos sobre o

neoliberalismo, suas origens e princípios orientadores da educação, oportunidade em que serão abordadas as características e ideias do modelo de educação e formação de professores.

História da EaD

Ao abordar a história da Educação a Distância, devemos antes refletir sobre o termo educação. Segundo Ghiraldelli Jr. (2006, p. 13),

[...] o termo “educação” tem sua origem em duas palavras do latim: educere e educare. A primeira quer dizer “conduzir para fora”, “dirigir exteriormente”; a segunda indica “sustentar”, “alimentar”, “criar”. O sentido comum é o de “instruir” e “ensinar”, mas com conotações diferentes que já indicam posturas pedagógicas diferentes.

O autor enfatiza ainda que existe “por um lado, o ensino baseado em regras exteriores em relação ao aprendiz, por outro, ao ensino dirigido no sentido de incentivar o aprendiz a forjar suas próprias regras” (GHIRALDELLI JR., 2006, p. 13).

Em se tratando de EaD, podemos perceber que é uma modalidade com uma longa trajetória como apresenta os autores Maia e Mattar (2007, p. 21):

Apesar de muitos defenderem que se trata de uma nova idéia, a educação a distância já possui uma longa trajetória. Retornando vários séculos na história da humanidade, pode-se dizer que a educação a distância tem a idade da escrita. Nas sociedades orais, em que a escrita não está estabelecida, a comunicação é necessariamente presencial. Para que algumas informações sejam transmitidas, o emissor e o receptor da mensagem devem estar presentes no mesmo momento e no mesmo local.

Ainda de acordo com Maia e Mattar (2007, p. 21) pode-se dizer que, com a criação da escrita, “a comunicação liberta-se no tempo e espaço”, pois não existe mais a necessidade de as pessoas estarem presentes no mesmo espaço para se comunicar. A escrita também contribuiu para que o homem não se preocupasse mais com o esquecimento de suas memórias, pois agora elas poderiam ser registradas. “As primeiras manifestações escritas são os desenhos, geralmente em pedras, que procuravam copiar ou imitar objetos. Ao desenhar na parede de pedras o homem das

cavernas já estaria exercitando a comunicação à distância” (MAIA; MATTAR, 2007, p.21).

Com essas manifestações, o homem desenhava e escrevia sobre os acontecimentos e objetos do seu dia a dia, que ficavam registrados nos lugares por onde ele passava.

Alguns autores consideram as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo exemplos iniciais e isolados de exercícios de educação à distância. Outros defendem que o ensino a distância tornou-se possível apenas com a invenção da imprensa, no século XV. A escrita inicialmente possibilitou que pessoas separadas geograficamente se comunicassem e documentassem informações, obras e registros. (MAIA; MATTAR, 2007, p. 21)

Observa-se, então, que o surgimento da escrita marca o início da educação à distância. “A invenção de Gutenberg, por sua vez, facilitou esse processo, permitindo que as idéias fossem compartilhadas e transmitidas para maior número de pessoas” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 21). Entende-se que a divulgação do conhecimento se tornou acessível a um número cada vez maior de pessoas, e durante muito tempo a escrita/imprensa prevaleceu como a principal tecnologia aplicada à educação a distância. Desse modo, descreve-se abaixo um breve percurso histórico das gerações de educação à distância até os dias atuais.

Primeira geração: educação por correspondência

Cabe destacar que, de acordo com Maia e Mattar (2007, p. 21), “[...] há registros de cursos de taquigrafia a distância, oferecidos por meio de anúncios de jornais, desde a década de 1720”. Portanto, a educação a distância surge efetivamente por volta do século XIX, em decorrência do desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação (trens/correio), em especial o ensino por correspondência.

“Podemos apontar como sua primeira geração os materiais que eram primordialmente impressos e encaminhados pelo correio” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 21). Nessa época, o correio mediava a relação educador-educando, levando os materiais impressos até o domicílio do estudante. Este realizava seus estudos utilizando o material recebido pelo correio, respondia as atividades e enviava-as

novamente pelo correio para serem corrigidas e avaliadas. Houve muitas iniciativas de criação de cursos na modalidade a distância.

Os casos mais bem-sucedidos foram os cursos técnicos de extensão universitária. Havia, entretanto, grande resistência com a relação a cursos universitários a distância, por isso, poucas foram as experiências duradouras, mesmo nos países mais desenvolvidos. (MAIA; MATTAR, 2007, p.21-22)

Como colocado por Maia e Mattar (2007), os cursos técnicos de extensão eram os mais aceitos, e experiências duradouras foram poucas até mesmo em países mais desenvolvidos. Entretanto, pode-se dizer ainda que desde o início houve resistência à oferta a distância de cursos de nível superior.

Segunda geração: as mídias na educação

De acordo com Maia e Mattar a “segunda geração da EaD apresentou acréscimo de novas mídias como a televisão, o rádio, as fitas de áudio, o vídeo e o telefone” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 22). Como apresentado, na segunda geração de EaD surgiram novas mídias para favorecer e auxiliar o ensino a distância, desempenhando um papel relevante na educação, com a inclusão dessas tecnologias no ensino.

Um momento importante é a criação das universidades abertas de ensino à distância, influenciadas pelo modelo da Open University britânica, fundada em 1969, que se utilizam intensamente de rádio, TV, vídeo, fitas cassetes e centros de estudos, e em que se realizam diversas experiências pedagógicas. Com base nessas experiências teria crescido o interesse pela EAD. (MAIA; MATTAR, 2007, p. 22)

Desta forma, o interesse pela educação a distância surgiu simultaneamente à essas experiências criando universidades e cursos nessa modalidade, que vem crescendo no país a cada dia e que está sendo favorecido com o acréscimo das novas tecnologias.

Terceira geração: EaD on-line – o uso do computador

Maia e Mattar (2007, p. 22), esclarecem que

[...] a terceira geração da evolução da EAD seria marcada pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Por volta de 1995, com o desenvolvimento explosivo da Internet, ocorre um ponto de ruptura na história da educação a distância. Surge então um novo território para a educação, o espaço virtual da aprendizagem digital e baseado na rede. Surgem também várias associações de instituições de ensino a distância.

É nesse ambiente que surge a EaD on-line, que utiliza vários recursos tecnológicos e tecnologias da comunicação e informação, como a Internet, que se tornou um aparato central nessa modalidade de ensino. Com a EaD on-line, o aluno pode ajustar seus estudos aos horários de que dispõe, o que mostra a relevância da Internet no cenário educacional.

Vale reforçar que ao tratar-se da EaD, deve-se verificar a definição de educação a distância. Uma dessas definições é apresentada por Maia e Mattar (2007, p. 5), que a entendem como “uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação”.

No Brasil, tem-se o uso da EaD há muito tempo, e seu desenvolvimento foi sistematizado da seguinte forma por Maia e Mattar (2007, p. 24-27):

Escolas internacionais e cursos por correspondência – 1994; Rádio escola – 1923; Rádio Monitor – 1939; IUB - Instituto Universal Brasileiro – 1941; A voz da Profecia – 1943; Senac, Sesc e Universidade do Ar – 1947; MEB, Movimento Educação de Base – 1961; Ibam - Instituto Brasileiro de Administração Municipal – 1967; Padre Landell – 1967; Projeto Saci – 1967; Projeto Minerva – 1970; Telecurso – 1977; Cier - Centro Internacional de Estudos Regulares – 1981; Salto para o futuro – 1991.

Desde 20 de dezembro de 1996, com a promulgação da Lei nº 9394, a educação a distância deixa de ser um projeto experimental, pois até então não havia essa regulamentação. O Art. 80 da Lei nº 9394 estipula que “poder público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada” (BRZEZINSKI, 2010, p. 307).

Universidade: Instituição ou Organização?

Desde o início do século XIX, quando foi criado no Brasil, o ensino superior esteve ligado à concessão de diplomas para o exercício de uma profissão atendendo aos interesses da elite aristocrática. A universidade, portanto, era um espaço de preparação dos alunos para o mercado de trabalho, especialistas no saber fazer em várias áreas da atividade humana. Entretanto, não se pode negar também que ela tem um papel social a cumprir. Segundo Chauí (2003, p. 5),

[...] a universidade enquanto ação social estava fundada no reconhecimento público e estruturada por parâmetros e valores de reconhecimento e legitimidade interna a ela. Sua legitimidade estava alicerçada na idéia de autonomia do saber, construído a partir de uma lógica que lhe era imanente.

Nestes termos, a universidade é uma instituição que tem como matéria-prima o conhecimento a serviço da sociedade e contribui para o seu desenvolvimento, tendo como objetivo a formação de profissionais mais qualificados. Desse modo, como instituição, compete a ela formar profissionais autônomos e reflexivos, e tanto é assim que é permeada por comportamentos, projetos e opiniões que exprimem as divisões e as contradições da sociedade.

A universidade pública sempre foi uma instituição autônoma, e o sentido da palavra autonomia, segundo o dicionário Mini-Aurélio (FERREIRA, 2001, p. 77), é “a faculdade de se governar por si mesmo, independência”. Sendo um princípio constitucional que consagra as instituições de educação superior, a autonomia da universidade foi contemplada pela reforma do ensino superior de 1968, e consagrada 20 anos mais tarde na Constituição Federal no artigo 207, com alterações da emenda nº 11 de 1995, que estabelece que todas as instituições de ensino superior públicas

gozam de autonomia didática e científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. “Uma instituição social, que tem a sociedade como seu princípio e referência normativa e valorativa” (CHAUÍ, 1999, p. 3).

Vista dessa forma, a universidade é caracterizada por sua ação e prática social, uma instituição voltada para a ideia de um conhecimento guiado por suas próprias necessidades. Por isso, deve centrar-se em efetivar princípios de formação, criação, reflexão e crítica, tendo sua legalidade derivada da autonomia do saber ante a religião e o Estado.

Fortes resquícios da metodologia jesuítica e do modelo organizacional francês ainda se encontram instalados e dominantes, muitas vezes impedindo a universidade de cumprir seu papel de possibilitar processos de construção do conhecimento. No entanto experiências com novas formas de enfrentamento dos quadros teórico-práticos dos cursos de graduação vêm sendo feitas, ainda que sejam numericamente minoritárias. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p. 154)

De acordo com a citação acima, pode-se perceber que ainda permanecem resquícios jesuíticos na educação brasileira, cuja forma organizacional segue o modelo francês. Isso contribui para o não desenvolvimento da universidade, dificultando os processos de busca e construção de conhecimento.

A universidade tem passado por inúmeras transformações, e seu reconhecimento está fundado na autonomia do saber, alicerçada em uma lógica própria. A universidade tem a sociedade como origem, pois, como instituição, tem compromisso com a sociedade, podendo solucionar os problemas sociais por meio de investimentos em pesquisas que vão ao encontro dos anseios das demandas sociais. Enquanto instituição está inserida na divisão social e política e busca responder às contradições impostas pela sociedade capitalista, sendo inseparável pela ideia de democracia e democratização do saber.

Concebida como instituição, nela o professor é visto como facilitador, mediador do ensino-aprendizagem. Para o corpo docente, portanto, a universidade é o local onde se unem para conhecer, produzir e criar conhecimento perante um compromisso com a sociedade. No entanto, Chauí (1999) pontua que, ao ser caracterizada como organização, a universidade entende a docência tão somente como transmissão rápida de informações fragmentadas, apoiada em textos de fácil leitura, ricos em ilustrações e pobres em significados. Aqui ela se volta para servir aos

interesses mercadológicos em conformidade com as exigências de mão de obra qualificada.

Desse modo, a universidade com caráter de organização, transmite saberes, reduzindo-os, pois os concebe como algo pronto e acabado, destinados à formação que atenda às exigências do mercado profissional. A universidade organizacional é guiada por contratos administrativos, avaliados por índices de produtividade, definida e estruturada segundo normas e modelos oficiais inteiramente alheios aos conhecimentos e à formação intelectual. A organização pretende gestar seu espaço e tempo, e sua obra não é responder às contradições, e sim vencer as competições, funcionando como se fosse uma empresa de adestramento, encarregada de produzir pessoas fáceis de serem dominadas, pessoas que ignoram o pensar.

Por isso, a universidade organizacional extermina a curiosidade e a admiração que leva à descoberta do novo, preocupando-se apenas em transmitir aos alunos informações e estratégias para a solução dos problemas e a superação de obstáculos que porventura surgirem tanto na sociedade como no trabalho, no exercício profissional. Esse profissional não consegue dar passos por si só, além daquilo que o mercado (empresa) impôs para o seu fazer, pois foi instruído para funcionar como se fosse uma máquina programada para dar respostas. A universidade organizacional forma executores de tarefas que perdem a força de interrogar e de transformar a sociedade na qual estão inseridos.

Neste sentido, pode-se comparar a universidade como um supermercado, que tem no aluno o seu consumidor. Assim como é abordado por Chauí (2001, p. 112-113):

[...] entram os felizes consumidores, ignoram todo o trabalho contido numa aula, num seminário, numa dissertação, numa tese, num artigo, num livro. Recebem os conhecimentos como se estes nascessem dos toques mágicos de varinhas de condão. E, no momento das provas, ou querem regatear os preços ou querem sair sem pagar ou abandonam o carrinho com as compras impossíveis, xingando os caixas [...] É assim a universidade? Se o for, nossa produtividade será marcada pelo número de produtos que arranjamos nas estantes, pelo número de objetos que registramos nos caixas, pelo número de fregueses que saem contentes, pelo número de carrinhos que carregamos até os carros no estacionamento, recebendo até mesmo gorjeta por fazê-lo.

Os professores tornam-se vendedores de pacotes de produtos, que são as aulas que os alunos consumidores compram, e a universidade passa a ter o papel tradicional de receptora e vendedora de cultura e de saber técnico e científico. Nesse contexto organizacional, o professor, além de vendedor, é visto também como um tecnólogo do ensino que não precisa conhecer as técnicas educacionais, os fundamentos da educação, o currículo, o fazer pedagógico, transformando-se em um mero transmissor de ensino.

EaD no ensino superior: uma aliada para a inclusão social em “debate”

As gerações de educação a distância, com o passar do tempo, têm conquistado espaço no cenário educacional brasileiro, estando presente em vários níveis de ensino, dentre eles, o superior. “A maior concentração de cursos credenciados a distância no Brasil ocorre, como já comentamos, no ensino superior” (VALENTE; MATTAR, 2007, p. 34).

Castro (2008, p. 177), por sua vez, acentua que “vivemos em um tempo presente, onde tudo acontece ‘no momento’, inclusive as novas formas de ensino e aprendizagem, que podem ocorrer em tempo real, mesmo a distância e mediada pela tecnologia”. As tecnologias estão presentes nas novas formas de ensino e aprendizagem, a eliminação do “espaço real” (CASTRO, 2008, p.177), deixando as limitações do tempo e da distância. As TICs passam a desempenhar um papel de grande importância.

Nesse sentido, as novas TICs têm papel preponderante para reduzir as diferenças sociais e econômicas e as diferenças de acesso aos também diferentes níveis de aprendizado. Da mesma forma, elas exercem importante papel no intuito de reduzir as chamadas brechas digitais e possibilitar a democratização do aprendizado e o acesso ao conhecimento. (CASTRO, 2008, p. 178)

No âmbito do ensino superior, o uso das TICs na educação a distância está reduzindo as diferenças sociais, democratizando o acesso ao conhecimento, tornando uma aliada na proposta de inclusão nesse nível de ensino. “Como parte de projetos de EaD voltado para o ensino superior, as TICs podem representar uma revolução na realidade brasileira ao introduzir novos (e antigos) estudantes no mundo acadêmico” (CASTRO, 2008, p. 180).

A EaD está, portanto, trazendo oportunidades, democratizando a entrada de novos profissionais em diferentes novas áreas do mercado de trabalho e no mundo acadêmico, atendendo “a atualização de profissionais sem condições de cursar uma universidade presencial, seja por limitações econômicas, geográficas ou tempo” (CASTRO, 2008, p. 180).

Por isso, é importante refletir sobre as questões geográficas que dificultam o acesso de muitos estudantes a uma universidade, pois a maioria delas está em grandes centros urbanos. Somam-se ao empecilho geográfico, a falta de disponibilidade de tempo e as questões econômicas. “Há um alto percentual de adultos sem graduação e de jovem sem acesso à universidade no Brasil, problemas sociais que a EaD poderia ajudar a corrigir” (VALENTE; MATTAR, 2007, p.31), permitindo transpor as barreiras geográficas e de tempo, além de ser mais acessível financeiramente. Isso a torna mais democrática que o sistema presencial, pois pode atender a um número elevado de alunos ao mesmo tempo, levando informação e conhecimento, e contribuindo para a inclusão no ensino superior.

Neste sentido, “a EaD poderia ajudar a oferecer educação a parte da população que, pelo esquema presencial, não teriam acesso à educação de qualidade, ou nem mesmo a qualquer tipo de ensino” (VALENTE; MATTAR, 2007, p. 31).

Entretanto, é justamente essa qualidade que se propõe questionar neste artigo, pois, no contexto neoliberal da sociedade capitalista, a EaD tem seguido rumos que não contemplam a proposta de uma formação de qualidade e de inclusão social de forma tangencial. O que se assiste, na verdade, é a formação de profissionais para o mercado de trabalho, mercantilizando o ensino e colocando a qualidade do ensino a distância em questão.

Neste sentido, a retórica conservadora da qualidade no campo educativo presume uma dinâmica que chamaremos “duplo processo de transposição”. A primeira dimensão deste processo remete ao mencionado deslocamento do problema da democratização ao da qualidade; a segunda, a transferências dos conteúdos que caracterizam a discussão sobre a qualidade no campo produtivo-empresarial para o campo das políticas educativas e para análise dos processos pedagógicos. (GENTILI, 2002, p. 116)

Considerando esta discussão acerca da qualidade no campo educativo versus campo produtivo-empresarial, percebe-se um elevado crescimento do número

de instituições que oferecem cursos nessa modalidade trazendo, como consequência, também o aumento do número de alunos em EaD; mas o que se questiona é qual o tipo de formação que esses estudantes estão recebendo: para garantir autonomia intelectual ou para atuar no mercado cumprindo as exigências impostas pelo neoliberalismo também nas políticas públicas de educação?

Neoliberalismo: princípios e influência na educação

De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais (1987), neoliberalismo é a doutrina que aspira a renovar certas posições do velho liberalismo, mas que permanece fiel às suas raízes. . Mais precisamente, o neoliberalismo é o

Conjunto de idéias políticas e econômicas que, a partir da década de 1970, começou a substituir o intervencionismo estatal adotado durante o Keynesianismo. Idealizado pelo economista austríaco Friedrich Hayek e pelo norte-americano Milton Friedman, ganhou impulso nos anos 1980, primeiramente no Reino Unido, com o governo de Margareth Thatcher, e nos Estados Unidos, durante a presidência de Ronald Reagan, e disseminou-se por grande parte dos países nos anos de 1990, como o Brasil (governos Collor, Itamar Franco e FHC) e argentina (governo Carlos Menem). (OLIVEIRA, 2008, p. 14)

O neoliberalismo é uma ideologia que tenta responder à crise do estado nacional, causada pela interligação crescente das economias das nações industrializadas, por meio do comércio e das novas tecnologias. Ele é voltado mais para os direitos do consumidor do que para as liberdades públicas, sendo também contra a participação do Estado no amparo aos direitos sociais.

Pode-se afirmar que neoliberalismo é um conjunto de ideias que tem como principal característica, segundo Oliveira (2008, p. 14), a não intervenção estatal: o Estado passa a interferir menos na economia do país. Para aqueles que defendem essa ideologia, o Estado deve restringir-se a garantir a segurança das atividades econômicas e a livre concorrência, e promover a privatização das empresas públicas. Em síntese: o Estado não deve atuar como empresário. Segundo o autor, para a ideologia neoliberal, o mercado nacional deve ser aberto aos produtos estrangeiros, assim como o mercado estrangeiro para o nacional, implicando na redução das taxas alfandegárias, quando não a sua eliminação. Acrescenta Oliveira (2008) que o Estado,

nessa perspectiva ideológica, deve ser mínimo, com um quadro de funcionários pequenos e tecnicamente qualificados, isso para que o Estado possa ser ágil e eficiente.

Além disso, a doutrina neoliberal defende a redução da carga tributária e o corte nos gastos públicos, inclusive em programas sociais (nesse caso, é o oposto do welfare state ou Estado de bem-estar social), além da flexibilização do mercado de trabalho, permitindo reduzir os direitos sociais dos trabalhadores (férias remuneradas, FGTS, 13º salário, dentre outros) ou facilitar sua demissão. (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Nesse modelo neoliberal, o trabalhador perde seus direitos trabalhistas, e exclui os programas sociais, gerando desemprego e enfraquecimento da classe trabalhadora. E, por certo, “se caracteriza por pregar que o Estado intervenha o mínimo na economia, mantenha a regulamentação das atividades econômicas privadas num mínimo e deixe agir livremente os mecanismos do mercado”.(SILVA, 2002, p. 26). Nesta vertente, vale a ressalva de que

a contraposição às propostas mercantilistas da retórica liberal não reside nesse humanismo (liberal num outro sentido) que desloca a discussão pública e democrática sobre as finalidades da educação para uma esfera transcendental, mas numa perspectiva que permita que os objetivos educacionais sejam pública e democraticamente debatidos. (SILVA, 2002. p. 26-27)

Contrariando os princípios democráticos da educação enquanto instância social a serviço do bem comum, na política neoliberal, os alunos são vistos como consumidores, que pagam pela educação, pois esta não é mais dever do Estado. Os estudantes que não têm condições financeiras recebem empréstimos ou bolsas do Estado, firmando a ideia de que a educação deve ser regulada pelo mercado. Isso destitui, portanto, o direito a uma educação pública de qualidade, direito assegurado ao longo do tempo pelas lutas populares.

Infelizmente, a educação é alvo estratégico dessa ofensiva neoliberal (SILVA, 2002, p. 28), pois, além de ter sido uma das principais conquistas sociais, cabe ao processo de ensino-aprendizagem o fomento à produção de conhecimentos e à preservação da memória dos sujeitos sociais.

No processo produtivo, chama a atenção o fato de que os empresários sempre estiveram voltados à questão da qualidade na educação, aquela avaliada por

programas específicos que a testam apenas no final do processo, e sendo avaliada, ela deve estar apta a ser produtiva para continuar no mercado. Portanto,

na linguagem do mercado, de que tanto se alimenta o discurso da educação, um produto de qualidade não o é por oposição aos de série, da mesma forma que os “círculos de qualidade” se contrapõem ao trabalho em linha de montagem ou o cinema *qualité* às produções para o grande público. Não existe um critério absoluto que permita estabelecer a que atribuir ou não o termo “qualidade”, exceto se considerarmos essa como uma característica compartilhada por todos os produtos e processos. O que a expressão “qualidade” conota é que algo distingue um bem ou serviço dos demais que o mercado oferece para satisfazer as mesmas ou análogas necessidades. (ENGUIITA, 2002, p. 107)

Nesta perspectiva, a qualidade é tida como uma ideia que expressa a excelência do ensino e da pesquisa, e, no caso da educação, se o professor é competente, se desenvolve pesquisa de alto nível para gerar tecnologias competitivas e se contribui para a formação de alunos aptos a ingressarem no mercado de trabalho. A Escola de Qualidade Total (GENTILI, 2002, p. 143) começa a se evidenciar como a tentativa mais séria para a aplicação dos princípios empresariais de controle de qualidade no campo pedagógico. Na retórica neoliberal, a educação parece propor um tecnicismo com uma roupagem nova, mas não deixando de observar atentamente o propósito do tecnicismo tradicional. Assim, a educação deve ser eficiente para competir no mercado, o aluno que frequenta essa escola/universidade se transforma em um consumidor do ensino, e o professor não passa de um funcionário treinado e competente para preparar seus alunos para o mercado de trabalho. O professor é visto como tecnólogo do ensino, que não precisaria conhecer os fundamentos da educação, da escola, do fazer pedagógico (COELHO, 2006, p. 57).

A intenção neoliberal é realmente a de privatizar o ensino; o governo deixa de investir em educação pública, e os interessados em estudar devem comprar o ensino, como se este fosse uma mercadoria qualquer que se compra em qualquer esquina. Seguindo a lógica neoliberal de privatização, a educação deixa de ser um direito e se transforma em uma mercadoria.

O neoliberalismo provocou mudanças no ensino superior, pois aumentou substancialmente o número de cursos técnicos e tecnológicos e de cursos na modalidade a distância. Houve um enorme crescimento do número de instituições particulares de ensino, tornando o ensino superior cada vez mais competitivo e mais heterogêneo.

Ao lado desse processo de mercantilização da educação, há uma forte pressão para que as escolas e as universidades se voltem para as necessidades estreitas da indústria e do comércio. Parte-se aqui de uma crítica da educação institucional existente como ineficiente, inadequada e anacrônica, em relação às exigências do trabalho nos setores da indústria, do comércio e dos serviços. (SILVA, 2002, p. 24)

Nestes moldes, as instituições de ensino são de natureza pública não estatal, ou seja, são controladas pelo mercado e pelo Estado, mediante novos procedimentos burocráticos. O novo cenário é a sua própria expansão, implicando em práticas pedagógicas distintas, pois apesar de a instituição direcionar sua prática pedagógica para a sociedade, em diferentes áreas do saber, a sua intencionalidade, na verdade, está voltada para uma produção específica, com rápido retorno.

Uma das principais responsabilidades sociais da universidade é a qualidade das atividades de investigação que desenvolve em qualquer área de ensino, cumprindo sua finalidade de pesquisa. Todavia, ocorre de se realizar pesquisa nas áreas humanas, como da arte, da filosofia, da literatura, e o resultado dessa atividade não ser visto como pesquisa científica, pois não traz nenhuma solução para o mercado, que necessita de pesquisas rápidas e eficientes, que gerem lucros de imediato. São consideradas pesquisas, portanto, aquelas que têm um resultado rápido para beneficiar o mercado e quem as financiou, dentro da produção aligeirada.

Portanto, o modelo de universidade que o neoliberalismo propõe é aquele em que o professor atua para atender o mercado, e não à autonomia. Para atender à autonomia intelectual, o docente teria de atuar em uma instituição que preserve o espaço de soberania, na qual se busque a solução dos problemas colocados pela sociedade, e ser sempre fiel ao saber, ao pensamento, ao conhecimento.

Atualmente, o ensino superior brasileiro se preocupa, sobretudo, em transmitir aos alunos informações, esquemas e estratégias para a solução dos problemas e a superação dos obstáculos que eles poderão encontrar na sociedade, no trabalho, no exercício profissional, mas essa pretensão é ingênua e, na verdade, impossível de se realizar devido às diferenças entre o mundo acadêmico e a sociedade, a empresa, o mercado. (COELHO, 2006, p. 47)

Como pode ser percebido, a formação intelectual do aluno não é satisfatória, pois ele é formado para desenvolver as atividades profissionais em consonância com as necessidades imediatas do mercado de trabalho e, quando profissional, torna-se

um técnico do saber, que nem sempre questiona sua atividade e ignora seu compromisso com a sociedade.

A par do exposto, vale refletir que para que se tenha uma docência que venha, de fato, contribuir para a autonomia intelectual, faz-se necessário outro modelo ideológico de políticas educacionais que questionem a política educacional que presenciamos fortemente desde os anos de 1990 no Brasil (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Considerações Finais

A proposta principal deste artigo foi a de sinalizar um estudo sobre reflexões na formação docente na modalidade educação a distância no contexto neoliberal, no qual o leitor teve a oportunidade de conhecer e refletir sobre a história da EaD.

Ao conhecer as gerações da Educação a Distância que permearam o sistema brasileiro de ensino, pôde-se refletir o quanto esse sistema de ensino está presente atendendo distintas gerações e utilizando diferentes suportes, desde o correio e mídias tradicionais, até chegar ao uso do computador. Com o desenvolvimento das tecnologias e a Internet, houve uma expansão expressiva dessa modalidade de ensino.

Nestas últimas décadas, muitos países apresentaram uma expansão da modalidade de Educação a Distância, em especial o Brasil, com o auxílio das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs).

A EaD vem sendo colocada em debate, quando se reflete sobre sua atuação no ensino superior, nível em que é colocada como uma aliada e, ao mesmo tempo, questionada pela qualidade do ensino oferecida. Entretanto, é inegável que ela vem democratizando o aprendizado e contribuindo para a inclusão social no ensino superior, oferecendo oportunidades de ensino e deixando de lado barreiras e limitações de ordem econômica, geográfica e de disponibilidade de tempo.

Ao se refletir sobre a EaD no ensino superior, sobretudo na formação docente, não se pode fugir do debate sobre sua qualidade, pois, com a expansão do uso das TICs, nota-se um aumento expressivo de instituições que oferecem cursos

nessa modalidade, inclusive de instituições privadas. Cada uma delas quer “vender” seu produto, muitas das vezes negligenciando a qualidade do ensino oferecido, o que coloca em questão essa modalidade de formação.

Vale destacar que a universidade enquanto uma instituição educativa legitimada pelos princípios democráticos está sempre no contínuo exercício da crítica, que se sustenta na pesquisa, no ensino e na extensão, atuando na produção do conhecimento o qual deve estar voltado para a sociedade. Portanto, é um lócus onde as pessoas se unem para conhecer, produzir e criar o conhecimento. Já ao contrário, a universidade, como organização, transmite saberes reduzidos, como se estes fossem prontos e acabados, formando o profissional para atender às exigências do mercado de trabalho.

Somos conscientes das demandas educacionais e da emergência de se colocar profissionais no mercado de trabalho, mas vale questionar se esta formação está sendo feita de maneira reflexiva, mantendo um compromisso social, principalmente com o docente que está em processo de formação, o que pode trazer como consequência a falta de compromisso destes futuros profissionais com um exercício docente firmado na construção de saberes pedagógicos que atendam aos anseios de seu alunado.

Quanto ao neoliberalismo, pode-se dizer que, de acordo com os estudos deste artigo, é um conjunto de ideias que vem para responder à crise do Estado Nacional, mediante o fortalecimento da iniciativa privada, que vê no ensino superior um mercado lucrativo. O ensino, neste contexto, pode ser comparado a uma mercadoria que se encontra à venda nos vários mercados, que são as várias universidades e faculdades espalhadas pelo Brasil, podendo o usuário, no caso, o estudante, optar entre as modalidades presencial ou a distância.

Por fim, comunga-se da reflexão de que a formação docente na modalidade a distância, pautada nos parâmetros neoliberais, não demonstra indícios que apontem para uma formação autônoma diante da realidade social. Por isso, preocupa-nos a assertiva de que pode estar formando profissionais para atuar no mercado de trabalho, e não para a autonomia intelectual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. 20/12/1996.

- BRZEZINSKI, Iria (Org.). *LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- CASTRO, Cosette. TV digital e EaD: uma parceria perfeita para a inclusão social. In: CASTRO, Cosette; FILHO, André B. *Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos*. São Paulo: Paulinas, 2008. (Coleção Comunicação e Cultura).
- CHAUÍ, Marilena. A Universidade Operacional. *Folha de S. Paulo*. 09 maio 1999.
- _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp, 2001.
- _____. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*. n. 24, p. 5-15, 2003
- COELHO, Ildeu M. Universidade e formação de professores. In: GUIMARÃES, Valter Soares (Org.). *Formar para o mercado ou para a autonomia? O papel da universidade*. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1987.
- ENGUITA, Mariano Fernandez. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini-Aurélio*. Século XXI Escolar: o minidicionário da Língua Portuguesa. 4 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- GENTILI, Pablo A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas*. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GUIRALDELLI JR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.
- MAIA, Carmem M.; MATTAR, João. *ABC da EaD*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- OLIVEIRA, Kanduka. *Atualidades e conhecimentos gerais*. v. 6. Barueri, SP: Gold Editora, 2008. (Coleção Concursos Públicos: o passo decisivo para sua aprovação)
- PIMENTA, Selma G.; ANASTASIOU, Lea das Graças C. *Docência no Ensino Superior*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação: Visões críticas*. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- VALENTE, Carlos; MATTAR, João. *Second life e web 2.0 na educação: o potencial revolucionário das novas tecnologias*. São Paulo: Novatec Editora, 2007.